

América Latina: conceito e limites

Célio Augusto da Cunha Horta¹

Introdução

A expressão *América Latina*, de origem francesa, surgiu impregnada de sofismas. O termo, revestido do discurso culturalista (e etnocêntrico) da época, proclamava a latinidade e contribuía para dissimular os interesses econômicos e geopolíticos da França de Napoleão III. Portanto, na própria gênese, a denominação *América Latina* já portava profundos antagonismos e, ademais, no decorrer dos séculos XIX e XX, foram adquiridos à expressão novos sentidos e significados. O termo tornou-se, gradualmente, um conceito delimitador de uma macrorregião.

Contudo, persistem ainda, no escopo de inúmeros trabalhos acadêmicos, concepções de América Latina pautadas na latinidade europeia; nestes casos, as “regionalizações” estão baseadas, principalmente, no idioma (latino ou não) do colonizador europeu. A questão é que o emprego de parâmetros culturais para demarcação da América Latina provoca inadequações e incoerências espaciais. Além do enfoque eurocêntrico, notam-se, em geral, desconhecimentos elementares sobre os significados de espaço geográfico, de território, de região e/ou de regionalização.

As insuficiências dos recortes culturais se revelam, por exemplo, quando é apresentada, por “definição” (étnica), *uma América Latina sem Belize e sem Cuba*, porém, noutro trabalho comparece por “definição” (étnica) *uma América Latina com Cuba, com Belize e sem Porto Rico*, etc.. Muitas vezes, nestas acepções, o Suriname e as Guianas são excluídos do conjunto regional latino-americano; recorrente também a subtração do Caribe da América Latina; porém, igualmente por meio de critérios étnicos, alguns países do Caribe são identificados como latino-americanos.

Estas definições, todavia, não se referem às possibilidades de recortes internos ou aos subespaços da América Latina; constituem apresentações da América Latina como um todo. Causam estranheza, pois, “objetivamente” há mais de uma América Latina. O pesquisador tem assim uma América Latina, conforme sua escolha? São os objetivos da pesquisa que, unilateralmente, delimitam e “legitimam” um espaço? Subjetividades (in)definem América Latina? Procedimentos metodológicos pós-modernos? Cabe lembrar que regionalizar implica, dentre outros atributos, apuração consciente de critérios que dialogam com os objetivos propostos, mas que, também, necessariamente, preservam a integridade do espaço e dos subespaços em questão.²

1 **Célio Augusto da Cunha Horta** - Professor Associado do Departamento de Geografia da UFMG, onde atuou com pesquisas e com a disciplina América Latina desde 1996. Formação acadêmica: Geógrafo graduado pela UFMG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS), Mestre em Geografia (Desenvolvimento regional e urbano) pela UFSC UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA) e Doutor em Geografia (Ordenamento territorial e ambiental) pela UFF (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE). Contato: celio@igc.ufmg.br

2 A região concebida como produto metal do pesquisador ou, em contrapartida, como produto das relações sociais constitui, há muito, debate na Geografia. Ribeiro (2004), por exemplo, sugere abordagem da região como *fato e ferramenta*, Haesbaert (2010) como *artefato*.

Este trabalho parte do pressuposto de que muitas das atuais demarcações regionais, efetivadas para apresentar a América Latina, procedem da incompreensão histórica ou do desprezo da sua gênese (e de sua transformação) conceitual e, também, resultam de desconhecimentos sobre o exercício de regionalização. Além do mais, no escopo destas demarcações estão praticamente desconsiderados os processos geopolíticos e geoeconômicos, essenciais na constituição e reprodução do espaço latino-americano. Para agravar a situação, a desvalorização da Geografia Regional contribui com elaborações quase a-espaciais de América Latina, sejam elas provenientes de historiadores, sociólogos, economistas e mesmo de geógrafos.

Desta maneira, o significado de América Latina encontra-se, frequentemente, deslocado, encoberto de preconceitos e imprecisões compõem sua delimitação espacial. Objetiva-se, então, asseverar que a designação e a delimitação de América Latina fundamentam-se, essencialmente, na geopolítica e na geoeconomia. Intenciona-se também, de forma suplementar, questionar as regionalizações baseadas no conceito cultural de América Latina.

Este artigo contém, assim, três seções complementares. Na primeira foram revisitadas ideias (Aricó, 1982; Bruit, 2000; Alimonda, 1994; Quijano, 2006) que tratam da relação entre processos históricos e a origem-difusão do termo *América Latina*. Justifica-se, neste sentido, a exposição maior destinada à intervenção francesa no México, porém, estão inseridos outros processos geoeconômicos e geopolíticos (Doutrina Monroe, o canal do Panamá, etc.) pertinentes ao conceito de América Latina. Na segunda parte são lançadas provocações às regionalizações de base cultural, inclusive às que separam o Caribe da América Latina. Defende-se, na terceira seção, a regionalização (e o conceito) de América Latina centrada na geopolítica e na geoeconomia. Resumidamente são apresentados argumentos geográficos (Andrade, 1992; Moreira, 2007 e Oliveira, 2001) favoráveis ao espectro conceitual mais amplo de América Latina, isento de problemas de delimitação.

O imperialismo francês e a invenção do termo regional

Existe forte correlação entre o imperialismo francês e o conceito original de América Latina. A expressão *América Latina* fora lançada no decurso das geopolíticas de Napoleão III. Concomitantemente aos discursos culturais favoráveis aos povos latinos da América desenhavam-se estratégias de expansão econômica da França nos recentes países da América “hispanica” e “portuguesa”. Além do mais, em 1848, a Europa vivia a “Primavera dos Povos”. Governos e sociedades socialistas tendiam a se instalar em quase toda a Europa, mas, prevaleceu no final, conforme Hobsbawm (1979, p.42, 43 e 101), a afirmação dos nacionalismos e das nacionalidades:

Portanto, as revoluções de 1848 surgiram e quebraram-se como uma grande onda, deixando pouco, exceto mito e promessa. (...) Mesmo significando outras coisas, 1848, a “primavera dos povos”, foi claramente, e sobretudo em termos internacionais, uma afirmação de nacionalidade, ou melhor, de nacionalidades rivais.

De acordo com Hobsbawm (1979, p.30), “dezoito meses depois, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com a exceção da República Francesa que, por seu lado, estava mantendo todas as distâncias possíveis em relação à revolução à qual devia sua própria existência.” Não por acaso, em 1848, o regime

republicano foi novamente instaurado na França. Um Governo Provisório composto de forças múltiplas e divergentes constituíram, inicialmente, a “República Social”, mas, segundo Marx ([1852]1977), em razão da disputa de classes na França ocorreu o retorno da “República burguesa”. O afastamento de Louis Blanqui (bem como de seus companheiros socialistas) e a declaração da Assembleia Nacional Constituinte que considerava as reivindicações do proletariado como “devaneios utópicos” indicavam, assim, a direção política assumida por essa nova república.³

Nesse contexto, o sobrinho de Napoleão I, se elegeu, em 10 de dezembro de 1848, presidente da França. Em 1850, a Assembleia Nacional Constituinte eliminou o sufrágio universal e, mais uma vez, colocou o proletariado à margem das decisões políticas: a “lei eleitoral de 31 de maio de 1850, porém, o excluiu de qualquer participação no poder político” (MARX, [1852]1977, p.241) e no final do ano de 1851, por intermédio de um plebiscito, o novo Bonaparte assumiu a condição de imperador da França. Para Marx ([1852]1977, p.276-277) “sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. (...) A eleição de 10 de dezembro de 1848 só se consumou com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 (...)”.

O duradouro 1848 francês

O “regime de governo” de Napoleão III caracterizava-se pela centralização de poder, pelo autoritarismo personalista, porém bem correspondia à situação conflituosa entre as facções burguesas da França⁴. A (in) compatibilidade política resultava na utilidade de Napoleão III, como fora o governo de seu tio (o “grande Napoleão”) diante dos intensos litígios, como entre os jacobinos e girondinos, próprios do período pós-1789; assim, conforme Marx [1852]1977, p.203 e 205):

Hegel observa (...) que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa (...) o sobrinho pelo tio (...) a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793/1795 (...) Não só fizeram a caricatura do velho Napoleão, como geraram o próprio Napoleão caricaturado (...).

Napoleão III representava variados desejos de eliminação dos princípios e ações socialistas, tanto na França, quanto na Europa “assombrada” por 1848. Segundo Marx ([1852]1977, p.183), “diante da burguesia Bonaparte se considera ao mesmo tempo representante dos camponeses e do povo em geral, que deseja

3 Marx ([1852]1977, p.209) salienta que a “essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte o proletariado de Paris respondeu com a **Insurreição de Junho**, o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A República burguesa triunfou. (...) Do lado do proletariado de Paris só havia ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento.” Grifo de Marx.

4De acordo com Engels ([1891]1975, p.159), se “o proletariado não estava **ainda** em condições de governar a França, a burguesia já não podia continuar governando-a (...). Suas discrepâncias internas permitiram ao aventureiro Luís Bonaparte apoderar-se de todos os postos de mando – exército, polícia, aparelho administrativo - e liquidar, a dois de dezembro de 1851, o último baluarte da burguesia: a Assembléia Nacional.” Grifo de Engels. Trecho da Introdução da *Guerra Civil na França*, de Marx.

tornar as classes mais baixas do povo felizes dentro da estrutura da sociedade burguesa.” A França, portanto, colocava-se em defesa das nacionalidades e como amiga dos povos rebeldes esmagados em 1848; inclusive, reivindicava para si a direção e a proteção dos povos latinos (ARICÓ, 1982). Como “protetora” das nacionalidades defendeu, por exemplo, a emancipação da Moldávia e da Romênia que se encontravam sob o domínio do Império Turco-Otomano; também se posicionou favorável à unificação da Itália. A França, em 1848, suprimiu a escravidão em suas colônias.

Quanto às geopolíticas externas ao solo europeu, a França de Napoleão III invadiu o sul da Indochina (1859), atuou junto ao Egito na construção do Canal de Suez (1859-1869) e conforme Kennedy (1989, p.167) foi “a França que enfraqueceu a posição austríaca na Itália, e foi principalmente a França que (...) impediu o Império Britânico de ter uma total influência monopolista nos litorais da China e da África.” Em relação à América Hispânica e à América Portuguesa, de acordo com Aricó (1982, p.93), um novo conceito regional deveria ser criado, pois se “a hispanidade servira para unificar o imenso território conquistado pela Espanha e Portugal, uma vez destruída a ordem colonial, era preciso encontrar um novo conceito que, negando esse passado, pudesse, não obstante, caracterizar o traço distintivo da unidade continental.” Neste sentido, Aricó (1982, p.94) destaca a mensagem (Paris, 1863) do historiador e senador francês, Michel Chevalier, um ideólogo do regime bonapartista:

A França, herdeira das nações católicas européias, leva a América e ao mundo a chama das raças latinas, isto é, francesa, italiana, espanhola e portuguesa. Prenda de paz e civilização, esta chama permite aclarar melhor a marcha rumo ao progresso de uma “concordia efetiva” entre Paris e Londres. No entanto, se não se leva em conta isso, a decadência de que padece a Itália, Espanha e Portugal, isto é, as nações católicas e latinas da Europa, corre o risco de se acentuar em benefício das nações cristãs dissidentes - Rússia, Prússia e Turquia -, a menos que, sob a direção de Napoleão III, uma nova aliança as regenere.(...)

O discurso político (oficial) de Chevalier, de apelo étnico, calcado na religiosidade e na latinidade, não escondia, no final, a preocupação da França imperial quanto ao expansionismo dos Estados Unidos no continente:

(...) Já é tempo, portanto, de nos unirmos na Europa para ajudar as nações “latinas”, irmãs da América, a encontrarem esta via de progresso que a França descobriu por si mesma e sustentar eficazmente, em primeiro lugar, o México, para deter a expansão dos Estados Unidos. (ARICÓ, 1982, p.94).

México sob o domínio dos EUA, da França e do liberalismo

O discurso de “proteção” e de ajuda aos povos latinos visava encobrir (ou pelo menos atenuar) os interesses econômicos franceses na América Latina e, também, a insatisfação geopolítica do governo bonapartista perante a Doutrina Monroe (proclamada em 1823). A invasão francesa no México (1862-1866) e a instalação de um novo poder imperial nesse país – com o *príncipe católico* arquiduque austríaco Maximiliano – deveriam, assim, “representar pela força” a “atitude cristã civilizatória” a favor das nacionalidades latinas e da religiosidade católica em oposição ao expansionismo dos povos anglo-saxões e da religião protestante. Mas, “logo se tornou evidente, porém, que Napoleão III tinha motivos e intenções não-confessados em relação ao México” (BAZANT, 2001, p.459).

Therezinha de Castro (1992, p.28) assinala que o “termo América Latina começou a ser mais divulgado no Império de Napoleão III que, ao intervir no México (1862-67), pretendeu implantar uma monarquia latino-católica para fazer frente aos Estados Unidos, república anglo-saxônica protestante”. Mas, serão as denominações *latina* (para a grande parte da América) e *anglo-saxônica* (para outra parte) reveladoras de uma divisão cultural? Os termos assim precipitados tendem a sugerir que sim, ou pelo menos conduzir ao engano, mas, não há correspondência destes agrupamentos culturais com as diversidades étnicas continentais e nem mesmo com os limites políticos entre as duas Américas; o discurso de latinidade, além de expressar um sentimento de superioridade europeia⁵, indica(va) muito mais uma perspectiva neocolonial:

Pois o epíteto “latino” tem uma história, ainda que o Haiti, francófono em suas elites, possa hoje lhes servir de alibi: ele aparece na França, na época de Napoleão III, ligado ao grande desígnio de “ajudar” as nações “latinas” da América a impedir a expansão dos Estados Unidos. (...) A latinidade tinha a vantagem, apagando os laços particulares da Espanha como uma parte do Novo Mundo, de dar à França legítimos deveres para com seus “irmãos” americanos católicos e romanos. (ROUQUIÉ, 1991, p.22,23).

Pierre Chaunu (1964, p.109) ressalta a posição política dos comerciantes franceses que exigiam, declaradamente, o reconhecimento de dívidas e o pagamento de indenizações “por perdas sofridas em 1828, no ensejo de uma das inumeráveis revoluções mexicanas.” Assim, no México, segundo Prado (1987, p.24), a “luta político-ideológica entre liberais e conservadores” estendia-se por cinquenta anos, todavia, a partir de 1854, as reformas liberais - como os ideais de modernização capitalista e de livre mercado - se intensificaram:

A Igreja figurava, ao ver dos liberais, como principal obstáculo à modernização econômica, pois detinha largas extensões de terra que não circulavam no mercado (...) Quanto à abolição da propriedade comunal indígena, tinha o objetivo de promover a integração dos índios e de suas terras ao mercado. (SOARES e COLOMBO, 1999, p. 86,87).

Segundo Rouquié (1991, p.197) “a Igreja do México era a primeira proprietária do país na época da independência”, por conseguinte, a Lei Lerdo (de 1856)⁶ permitia a mercantilização dos *pueblos* e dos bens imóveis (urbanos e rurais) da Igreja. Em 1859, houve, no México, a nacionalização dos bens eclesiásticos, portanto, igrejas, monastérios e outras riquezas patrimoniais foram confiscados pelo Estado. Uma guerra civil se estabeleceu em 1863 e, então, Napoleão III ordenou “a invasão do México pela França, em consórcio com Espanha e Inglaterra, a fim de cobrar as dívidas não saldadas pelo governo juarista.” (PRADO e PELLEGRINO, 2014, p.62). De acordo com Jan Bazant (2001, p.459) ocorreu, no governo liberal de Benito Juarez, interrupção do pagamento de dívidas aos credores europeus:

5 O escritor peruano Victor Raúl Haya de la Torre publicou um livro, em 1928, sobre a “latinidade” dos americanos. Propôs, para o continente, o nome *Indoamérica*. Bruit (2000,sp) ressalta que Mariátegui, em artigos publicados entre 1924 e 1928, utilizou o termo América Latina, apesar de que “não podia aceitar essa noção de latinidade que nada tem a ver com os povos aborígenes.”

6 Constituiu mais uma das muitas “Leis de terras” da América Latina, como no Peru (1852), no Brasil (1850), na Nicarágua (1857), na Bolívia (1866), na Venezuela (1881), etc. Essas leis nacionais visavam induzir a formação de um mercado imobiliário e de trabalho (assalariados livres). Respondiam à lógica de modernização das relações de produção capitalistas no campo; no México, essa Lei veio acompanhada da “Lei contra a vadiagem.”

Havia reivindicações de todos os tipos por danos suposta ou efetivamente sofridos, durante a guerra civil, por cidadãos estrangeiros. Todavia, Juárez recusou-se a assumir a responsabilidade pelos atos do regime conservador (...) Os credores europeus sentiram-se enganados e pressionaram seus governos para obter reparações. Em 31 de outubro de 1861, a França, a Inglaterra e a Espanha assinaram, em Londres, uma Convenção Tripartite favorável a uma intervenção militar no México (...).⁷

Ademais, boa parcela dos Conservadores do México admitia como positiva a instalação de uma monarquia católica estrangeira; entendiam que esta intervenção poderia reinstalar o poder da Igreja Católica, revitalizar o Partido Conservador e, também, contrariar as ações e os valores sociais e políticos dos Liberais. Segundo Safford (2001, p.343) “para os conservadores mexicanos, a imposição de uma monarquia apoiada pela França constituiu uma última tentativa desesperada de recuperar a força política que lhes escapava⁸.” Desta forma, alguns conservadores mexicanos apoiaram a coroação de Maximiliano (PRADO e PELLEGRINO, 2014).⁹

A expansão territorial e econômica dos Estados Unidos na América Latina (a princípio na América Central e no México) representava um problema para determinados investidores ingleses, holandeses e franceses. Conforme Chaunu (1964, p.110), o projeto de invasão francesa no México, comandado por Napoleão III, atendia, objetivamente, interesses econômicos variados, mas continha, também, “subjetividades”, já que “Napoleão III via muito mais longe. Concebera um plano completo de expansão econômica no México, cheio de ilusões sobre as riquezas do país e obcecado pela idéia saint-simoniana de um canal interoceânico.”

Neste contexto, a expressão *América Latina*, segundo Bruit (2000,sp) foi uma invenção “de dois sul-americanos, o argentino Carlos Calvo e o colombiano José Maria Torres Caicedo”. Bruit (2000,sp) assinala que Caicedo, diplomata vinculado ao projeto expansionista francês na América Latina, publicou, em 1865, “um livro com o título *Unión Latinoamericana*” e que o mesmo visava “organizar um movimento contrário à política pan-americana dos Estados Unidos.”¹⁰ Calvo, jurista, “também se apresentava como historiador, economista e geógrafo nos círculos acadêmicos de Paris” e, por volta de 1864, escreveu uma obra com exposição da terminologia América Latina (BRUIT, 2000,sp).¹¹

7 Anteriormente, em 1838, a França ocupara, militarmente, o porto de Vera Cruz devido a problemas (dívidas) entre comerciantes franceses e o governo mexicano.

8 “(...) a maioria dos conservadores aceitaram os franceses como libertadores do jugo liberal, mas alguns também se aliaram ao exército que lutavam contra os invasores.” (BAZANT, 2001, p.460).

9 Maximiliano buscou, inicialmente, efetivar uma monarquia do tipo liberal no México? Acrescentem-se, ao quadro político mexicano, os efeitos da Primavera dos Povos na América Espanhola, pois, a disputa entre os liberais e conservadores tornou-se, por consequência, mais acirrada no continente; “A Revolução europeia de 1848 chamou a atenção da América espanhola para as idéias do socialismo utópico e cristalizou sua influência (...) à medida que na França a revolução começou a assumir um caráter socialista, os moderados da América espanhola recuaram, temendo o impacto que a insurreição europeia poderia ter em agitar as camadas mais baixas de suas próprias sociedades. (...) Depois de 1848, portanto, muitos moderados mexicanos aliaram-se ao pequeno grupo de monarquistas do país num conservadorismo militante e pró-clerical (...) No papado de Pio IX, a Igreja Católica Romana tornou-se, a partir de 1848, cada vez mais obstinada em sua oposição ao liberalismo (...) No México, o papa denunciou a constituição liberal de 1857 (...).” (SAFFORD, 2001, p.379, 385-386, 388).

10 Quental (2012, p.65) afirma, todavia, que “as preocupações de Caicedo, no entanto, pouco tinham relação com os interesses domésticos franceses. Seus escritos eram endereçados às comunidades de língua espanhola na Europa e na América e seus projetos de articulação política não explicitavam qualquer participação francesa.”

11 Era “a primeira vez que se empregava a expressão América Latina numa obra acadêmica. Calvo disse na dedicatória a Napoleão

Egler (2008) também afirma que o termo América Latina adquiriu forte impulso com os escritos de dois pesquisadores sul-americanos; entretanto, não menciona Calvo e sim o chileno Francio Bilbao (socialista integrante das frentes revolucionárias de 1848) e, assim como Bruit (2000), o colombiano José Maria Torres Caicedo. Na visão de Egler (2008, p.156), Caicedo, alinhado ao governo de Napoleão III, muito colaborou com a difusão sistemática do novo nome e ressalta que tanto Bilbao como Caicedo (ambos moravam em Paris) “viveram as ameaças do expansionismo russo na Europa e norte-americano em direção ao sul, e cunharam a expressão ‘América Latina’ para propor a união cultural e política, visando a resistir à expansão da civilização saxônica além de suas fronteiras.” Cabe ressaltar a guerra e os litígios territoriais entre os Estados Unidos e México (ocorridos antes, portanto, da invasão de Napoleão III). Assim, pertinente às perdas territoriais mexicanas, Castro (1992, p.179) salienta que

Do federalismo esdrúxulo ao unitarismo histórico se impuseram os caudilhos que não puderam evitar o secessionismo em face aos interesses regionais. (...) a Província do Texas se desligava do México (...) enquanto outras partes do território se desagregavam por guerras de conquista. (...) essa metade conquistada pelos Estados Unidos tinha sido muito pouco colonizada pelos espanhóis e quase nada integrada por seus herdeiros mexicanos.

Horta e Franca (2005) assinalam que os Estados Unidos, constantemente, questionavam o Tratado de Adams-Onís e que a separação do Texas em 1836, apesar de não reconhecida oficialmente pelo México, foi seguida por sua anexação, em 1845, pelos EUA. Em 1846, como tentativa de obter as províncias da Califórnia e Novo México, os Estados Unidos declararam guerra ao vizinho do sul. Após uma série de batalhas, em fevereiro de 1848, o México assinou o Tratado de Guadalupe Hidalgo.¹²

Um conjunto de processos envolvia a França, os EUA e a América Latina, como o fim da guerra de Secessão nos EUA (1865) e o desfecho da guerra franco-prussiana (1870). Portanto, logo ao final da guerra civil norte-americana, a França retirou suas tropas do território mexicano e abandonou a monarquia católica do arquiduque Maximiliano. Assim, vulnerável às lutas de resistência nacional, em 1867, o imperador austríaco terminou fuzilado; na França, a queda de Napoleão III tornava-se iminente diante, inclusive, da rendição francesa frente à Prússia:

Quando o Império começa a cair? Luís Bonaparte III deve ter sentido um remoto arrepio no dia em que as tropas mexicanas de Benito Juárez fuzilaram Maximiliano da Áustria (...). Quando chega a Paris a notícia de Sedan – Bonaparte III e o Marechal Mac Mahon presos pelos prussianos -, os deputados republicanos (...) não duvidam. Era preciso não deixar escapar essa oportunidade única que lhes oferecia a marcha da guerra. É domingo em Paris e se proclama a República. (GONZÁLEZ, 1981, p.11 e 30).

À queda de Napoleão III (1870) procedeu-se uma junta parlamentar (Terceira República Francesa) que, inevitavelmente, enfrentou sérias dificuldades com instalação da Comuna de Paris (1871) esmagada,

III que a obra era um reconhecimento e gratidão da raça latina à inteligência superior do Imperador.” (BRUIT, 2000,sp).

¹² Em 1854, os limites e a fronteira entre México e EUA praticamente se estabeleceram; pelo valor (de época) de 10 milhões de dólares os EUA compraram o que hoje corresponderiam aos territórios do Arizona e do Novo México. Por fim, todo esse longo processo de compra, de conquistas por guerras, etc. significou, para o México, a perda de quase a metade do seu território.

porém, no mesmo ano. No México, no decurso da resistência do líder liberal Benito Juárez, sucedeu-se – após deposição de Lerdo de Tejada - a longa ditadura de Porfirio Díaz. As políticas de liberalização econômica se acentuaram bem como a dependência mexicana em relação aos EUA:

(...) os mecanismos criados pelos liberais com o objetivo de promover a modernização do país foram (...) apropriados e utilizados em benefício das camadas privilegiadas, de forma que os custos sociais da modernização foram altíssimos. A dimensão que assumiu este processo no México (...) permite-nos compreender a radicalidade da resposta costurada pelos camponeses na Revolução de 1910. (SOARES e COLOMBO, 1999, p.95).¹³

Bruit (1988, p.23) salienta que sob o governo contraditório e reformista de Madero “os camponeses, que constituíam a maioria da população e eram quase todos analfabetos e miseráveis, lutavam unicamente para reconquistar as terras que lhes tinham sido usurpadas (...)”. Em 1914, “a revolução imperava sobre todo o norte, grande parte do centro e uma parte do sul do país (...). Em meio à guerra (...) tropas ianques ocuparam o porto de Veracruz, sitiados por tropas constitucionalistas.” (BRUIT, 1988, p.35). A derrota revolucionária e o assassinato de Zapata (1919) não liquidaram com o ideal transformador do camponês¹⁴. Neste sentido, cabe registrar os conflitos, em 1994, quando os *ejidos* sofreram outros ataques:

(...) uma manifestação no Distrito Federal, que reuniu mais de cem mil pessoas, saiu às ruas para apoiar o EZLN (...) A revolução de 1910 conquistou para os índios o *ejido*, que é uma propriedade que não pode se vendida ou tomada e sua posse é hereditária. (...) O fim do *ejido* foi uma das imposições dos Estados Unidos para que o México fizesse parte do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). (DEAK, 2001, p.59).

México do século XIX e do início do XX: mutilação territorial, guerra civil, invasão francesa, liberalismo econômico, revolução zapatista: processos culturais ou geopolíticos? Atualmente, o muro na fronteira entre o México e os Estados Unidos simboliza a divisão entre a América Anglo-saxônica e a América Latina; demarca, pela geopolítica estadunidense, quem são e onde devem permanecer os latino-americanos. Nessa perspectiva, importa refletir sobre o significado de ser latino-americano, assim como os motivos da preservação do nome *América Latina*, haja vista a derrota francesa.

A manutenção, a difusão e a substancialização do termo

América Latina: substantivação de que? Trata-se de uma região cultural (predominantemente latina)? Esta macrorregião, assim denominada, notabiliza-se pela cultura (hegemônica?) do colonizador? Existem outros

13 “Convencidos de que o processo pressupunha a vigência plena da propriedade privada e de que os indígenas somente se *libertariam* se fossem destruídas as instituições arcaicas (...) os científicos da época de Porfirio Díaz provocaram a transferência para mãos privadas das terras públicas que vinham sendo utilizadas pelas comunidades. Muitas das concessões das terras desse período foram feitas a estrangeiros (...). Tal situação provocou revoltas, as quais levaram muitos fazendeiros a instaurar, com cobertura do Poder Central, um sistema de terror (...)” (FURTADO, 1969, p.311).

14 Bruit (1988, p.44) acrescenta que o programa do campesinato mexicano extrapolava o direito pela terra; discutia-se a “liberdade municipal, (...) descanso dominical, salário mínimo em moeda, atendimento aos acidentes de trabalho” e quanto à “questão operária” reivindicava-se, por exemplo, pensões para aposentados, direito de greve, regulamentação das horas de trabalho. Conforme Bruit (1988, p.46), por contingência revolucionária, as “reformas sociais foram incorporadas à Constituição”.

parâmetros para caracterizar, adequadamente, a América Latina. Contudo, apesar da derrota napoleônica e da retirada dos franceses no México, o termo *América Latina* prosseguiu corrente e foi, até mesmo, revigorado. Na visão de Aricó (1982, p.94):

A designação inventada pelos colonialistas franceses logrou resistir ao estrepitoso fracasso da aventura mexicana e até à própria queda do império bonapartista. Adotada entusiasticamente pelas elites dos jovens estados hispano-americanos como uma maneira de reafirmar a ruptura com o passado colonial e a resistência ao expansionismo yanque, a designação acabou por adquirir sentido, por ‘realizar-se’, para utilizar a expressão mexicana.

Na Segunda Conferência de Lima (1864/65) sucederam-se discussões e proposições sobre as intervenções estrangeiras na América Latina, como a estadunidense na Nicarágua e a invasão espanhola na República Dominicana (ambas em 1861).¹⁵ Havia, porém, distanciamentos entre a utopia bolivariana - uma América espanhola unida, liberal e independente - e os interesses de boa parte das “elites dos jovens estados hispano-americanos”. A ruptura política com o colonialismo europeu, demarcada pelas lutas de emancipação nacional não apresentava necessária correspondência com “a resistência ao expansionismo yanque,” diante até mesmo de certos nacionalismos governamentais ou de idealismos de alguns grupos intelectuais.

Quanto aos Estados Unidos cabe avaliar as interferências territoriais diretas (invasões militares), mas, é preciso também considerar as expansões econômicas. Neste período, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra alocavam capitais produtivos e financeiros na América Latina. Intensificavam-se as relações de dependência centro-periferia, todavia, deve-se salientar que a acumulação extrovertida de capital (baseada na exportação de produtos agrominerais) implicava lucros expressivos para as elites latino-americanas. Não por acaso que os projetos “nacionais” dessas elites, intermediados pelo Estado Oligárquico, evoluíram na direção de relações econômicas e sociais do tipo neocolonial (as estruturas internas de produção e de dominação foram renovadas). Colocado nestes termos, o acolhimento da expressão francesa *América Latina* parece melhor compreendida no escopo do neocolonialismo (o que inclui a colonialidade) e, talvez, pouco atrelada às posturas anti-imperialistas circunscritas, quiçá, a grupos de intelectuais.

Diniz (2007, p.4) afirma que “foi nos meios intelectuais das jovens nações” que a denominação *América Latina* recebeu aceitação, pois aos ex-colonizados expressava a supressão “da tutela da mãe pátria ibérica” e a obtenção de “um estatuto internacional independente.” Assinala que apesar do termo subsistir carimbado “pelo erro napoleônico”, o positivismo “filosofia que se tornou a ideologia oficial da República laica de Jules Ferry tinha feito adeptos na América Latina”, as repúblicas americanas colocavam-se como irmãs latinas da “grande República Francesa que guiava o mundo em direção à Civilização e ao progresso.” (DINIZ, 2007, p.5).

Segundo Alimonda (1994, p.27), frente às lutas pelas independências nacionais, as elites (representadas, sobretudo, por liberais e conservadores) forjavam a construção de uma identidade continental latino-

¹⁵ Para Moura (1991, p.13) as articulações entre os países latino-americanos “foram sempre débeis e parciais, a começar pela célebre Conferência do Panamá, convocada por Simón Bolívar em 1826, à qual se seguiram as conferências de Lima (1847/48), de Santiago do Chile (1856) e, novamente, de Lima (1864/65). Cada um desses encontros se deu por reação a algum tipo de ameaça externa, europeia ou norte-americana, sobre o continente. Mas a fraca representatividade e a falta de unidade de propósitos (...) acabariam por impedir uma articulação latino-americana eficaz”.

-americana baseada, em parte, nas origens e tradições indígenas apesar de que, no geral o “movimento de Independência não incorporou, então, a abolição da servidão indígena como uma reivindicação substantiva.”¹⁶ A campanha *Los Andes Libres* indicava a guerra como forma de liquidação das desgraças que afligiam os indígenas. “Argumentava-se que os males do Peru remontam à decapitação do ‘inocente príncipe Tupac Amaru, herdeiro legítimo do Império’ (...) O general San Martín cria a bandeira peruana, com as cores vermelha e branca que aparecem nas representações incaicas”. (ALIMONDA, 1994, p.32).¹⁷

Contudo, à relativa incorporação simbólica do mundo indígena aos movimentos nacionalistas-burgueses acentuou-se, *a posteriori*, a negação desses povos (e nações) por meio, inclusive, das novas instituições dos Estados latino-americanos. No decurso da maior ou menor inserção desses recentes países na economia mundial, as políticas de exclusão social (ou inclusão marginal), caracterizadas pelo racismo e pelo classismo, tornavam-se mais acentuadas.

Na política, o liberalismo ilustrado formalizava o código organizador do Estado centralizador e oligárquico; no campo intelectual, o positivismo legitimava a academia, pólo de apropriação oligárquica do saber (...) toda a problemática referida à identidade nacional e continental carecia de sentido. Já não se tratava de se diferenciar da Europa, senão de se lhe assemelhar ao máximo. Já não se tratava de reivindicar as massas autóctones e seus elementos culturais, mas de lograr sua extinção (...) (ALIMONDA, 1994, p.36).

No final do século XIX e início do XX, em razão do intervencionismo estadunidense, despontaram novas demandas em torno de uma suposta latinidade. Desenvolveram-se, segundo Alimonda (1994, p.38), sentimentos (e ideias) anti-imperialistas e discursos “enfatizando a necessidade da unidade latino-americana frente à penetração econômica, política e cultural dos Estados Unidos (...)”. Alimonda (1994) salienta as influências do movimento estudantil universitário na assimilação e difusão do termo América Latina. A ocupação da Universidade de Córdoba, em 1918, por estudantes argentinos incidia na possibilidade de atendimento às reivindicações reformistas (como democratização) nas universidades; ao mesmo tempo, foram assumidas, pelos estudantes, posturas latino-americanistas e forte posição antioligárquica; o movimento alcançava outros países e ostentava bandeiras latino-americanas.¹⁸ O autor afirma, ainda, que o expansionismo e o intervencionismo dos EUA no México, em Porto Rico e em Cuba, por exemplo, impulsionavam os discursos anti-imperialistas e pró-unidade continental latino-americana; portanto, segundo Alimonda (1994, p.37), nos fins do século XIX,

uma série de discursos antiimperialistas começam a ser enunciados na América Latina, denunciando esse expansionismo e propondo a unidade continental como defesa frente ao mesmo. Constitui-se, então, uma tradição intelectual que reivindica a América Latina como uma unidade, organizada ao

16 Ocorreram tentativas parciais de inclusão dos indígenas às estruturas socioespaciais dos novos países: “A 27 de agosto de 1821, um decreto de San Martín suprime os tributos indígenas. A 8 de abril de 1824, Bolívar dispõe o acesso à propriedade da terra por parte dos índios.” (ALIMONDA, 1994, p.32).

17 Em 1905, o médico brasileiro Manuel Bomfim publicou, em Paris, o livro *América Latina: males de origem*. Não aparece (nada) explícito o conceito de América Latina, mas, “os males de origem,” segundo o autor, decorriam, basicamente, do parasitismo das elites ibéricas.

18 Para Alimonda (1994), a escala de reação não era nacional - argentina, uruguaia, colombiana, etc.- mas, sobretudo, latino-americana (continentalista). Cabe registrar ainda que, de acordo com Alimonda (1994, p.39), esse movimento estudantil a favor de uma solidariedade macrorregional se expandiria pela América Latina: “No Chile, Peru, México e Cuba a ‘Reforma Universitária’ deixará profundas marcas na conformação do horizonte intelectual e político. ‘Os estudantes’ aparecem como uma força social antioligárquica. (...) No Peru, simbolizados nas figuras de Haya de la Torre e Mariátegui, formam a Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) e o Partido Socialista. Em Cuba, é do movimento estudantil que se origina o Partido Comunista.”

redor de essências pré-hispânicas, coloniais e/ou pós-independência, e cuja prostração se deveria à sua balcanização, fomentada por potências exteriores e pela mesquinhez das elites oligárquicas.

Conforme Quijano (2001, p.75), os conflitos entre México e Estados Unidos e a guerra Hispano-Americana (1898) “colocaram de novo no imaginário latino-americano a questão da unidade e da integração”. Em relação aos discursos pró-unidade latino-americana e aos sentimentos anti-imperialistas é necessário, porém, identificar os interesses de classes; diferenciar, por exemplo, os interesses das elites econômicas latino-americanas (como o ímpeto de controlar os mercados nacionais) de outros interesses de classes; importa, também, reconhecer as muitas posições políticas de grupos indígenas (Mapuches, Quéchuas, Aimarás, guaranis, etc.), de povos afro-americanos, dentre outros. De qualquer modo, Alimonda e Quijano realçam alguns dos processos geopolíticos que contribuíram, inclusive, para a (re)formulação do conceito de América Latina. Ressalte-se que a derrota espanhola na guerra contra os Estados Unidos resultou, inicialmente, em novas relações de dominação em Porto Rico e em Cuba¹⁹. No decorrer das imposições neocoloniais do pós-guerra, em Cuba, os movimentos nacionalistas prosseguiram e em 1959 iniciava-se a construção de uma nação revolucionária; na direção oposta, firmava-se a constituição do Estado Livre Associado de Porto Rico (EUA).

Devem-se também considerar, na confluência de interesses das elites (regionais) latino-americanas com as elites britânicas, a formulação do Uruguai (1828) e as guerras do Paraguai (1865-1870) e a do Salitre (1879-1883). A criação do Panamá (1903) e a inauguração do canal (1914) - enclave estadunidense - evidenciam outro processo de enorme expressão geopolítica e geoeconômica da América Latina. Nacionalismos de diversas inclinações e, principalmente, a predominância de políticas neocoloniais ordenavam, desde a independência, as estruturas econômicas e sociais dos países latino-americanos.

Bruit (2000, sp), contudo, afirma que “foi no período da Segunda Guerra, que o nome de América Latina se popularizou, especialmente pelos estudos dos historiadores e economistas norte-americanos.” Bruit (2000) destaca trabalhos como os de Bemis (1943), Rippey (1947) e Crawford (1949). No entanto, segundo o autor, a partir da publicação de Preston James, *Latin America*, clássico de 1942, que efetivamente se consolidaram “os estudos geográficos sobre América Latina nos Estados Unidos no imediato pós-guerra.” Para Bruit (2000, sp) este livro foi “um dos primeiros, senão o primeiro, estudo sério da geografia econômica do continente”. De acordo com Egler (2008, p.158), Preston James contribuiu com a difusão das pesquisas sobre América Latina para as demais universidades desse país com a criação do “Programa de Estudos em Geografia da América Latina da Universidade de Syracuse”. Todavia, conforme Egler (2008, p.157) na “geografia norte-americana, uma das primeiras referências à América Latina é de Isaiah Bowman (1928)”. Bowman, segundo Egler (2008, p.158) reconhecia os interesses estadunidenses na América Latina e também compreendia o significado geopolítico da Doutrina Monroe, portanto, “Bowman, como professor de geografia política, tinha uma concepção clara dos

19 “À Constituição cubana os norte-americanos ‘fizeram questão’ de acrescentar a chamada ‘Emenda Platt’, que lhes permitia intervir no país para ‘preservar a sua independência e manter um governo adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual.’ Em 1903, a base de Guantanamo (...) foi ‘cedida’ pelos cubanos, em caráter perpétuo, para uso militar dos Estados Unidos.” (OLIC, 1992, p.88).

interesses norte-americanos ao sul do Rio Grande.” Feres Junior (2005, p.166) ressalta o caráter ideológico do conceito de América Latina desenvolvido nos Estados Unidos, portanto, defende a hipótese de que a “*Latin American* foi conceituada pelos americanos por meio de formas de oposição assimétrica”.²⁰

Durante e próximo ao final da Segunda Guerra, outros pesquisadores estadunidenses, inclusive geógrafos, cunharam a denominação *América Latina* nos títulos de suas respectivas publicações. Registrem-se, por exemplo, as contribuições de Platt; *América Latina, Paisagens e Unidades Regionais*, 1942; de Humphreys: *Evolução da América Latina Moderna*, 1946; de Wythe: *Indústria na América Latina*, 1949; de Hanson: *Desenvolvimento Econômico na América Latina*, 1951; Herring: *A História da América Latina*, 1955; Alexander publicou, em 1957, *Comunismo na América Latina*; Robinson escreveu *América Latina – uma pesquisa geográfica*; Zepp, professor e diretor de Geografia do Instituto de Estudos latino-americanos da Universidade de Columbia lançou *América Latina – um comentário geográfico* (tradução em inglês do original alemão de 1955). Destacam-se ainda as produções da ONU (como *Problemas de Transporte na América Latina*, 1953), seguidas por muitas da CEPAL. Acrescentam-se a do inglês Butland²¹ *América Latina: uma geografia regional*, de 1960 e a obra francesa de Bonnefous *Enciclopédia da América Latina – política, economia, cultura*, de 1954. Egler (2008, p.157) afirma que Monbeig ao retornar à França, criou em 1954, o Instituto de Altos Estudos da América Latina (Iheal) e que a “disseminação da concepção ‘América Latina’ no meio geográfico francês deveu-se principalmente a Monbeig”. Bruit ressalta a importância da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, fundada pela ONU, em 1948) na afirmação do termo: “esse nome se consagra em 1948 quando se funda a CEPAL”. Desta forma, segundo Bruit (2000, sp) “a expressão América Latina se difunde intimamente associada ao conceito de subdesenvolvimento.”²²

Para o economista e cepalino Celso Furtado (1969, p.19), a “expressão América Latina, criada nos Estados Unidos, durante muito tempo foi utilizada apenas com um sentido geográfico, para designar os países situados ao sul do Rio Grande.” Independentemente do que (des)entende sobre “sentido geográfico”, Furtado (1969) afirma que o termo América Latina foi uma criação estadunidense e não menciona a influência napoleônica na origem da expressão. Todavia, reconhece a unidade (e diversidade) macrorregional latino-americana como resultado histórico e econômico das relações capitalistas mundiais. Furtado (1969) trata a América Latina como um todo geoeconômico e geopolítico, aborda as particularidades regionais e nacionais, contudo, não suprime do conjunto regional qualquer território ou país em função das origens étnico-coloniais europeias (espanhola, holandesa, inglesa, etc.).²³

20 Livro constituído de forte conteúdo cultural (muito próximo do racismo) foi publicado, em 1985, por Harrison, professor visitante da Universidade de Havard: *Subdesenvolvimento é um Estado de Espírito: a questão latino-americana*. O autoritarismo, o antiempreendedorismo, o catolicismo e outros valores culturais são compreendidos com próprios do (subdesenvolvimento) latino-americano. Perspectiva que nos remete aos estudos críticos de Feres Junior (2005:194) em relação a muitos estudiosos estadunidenses latino-americanistas: “O projeto de se produzir uma ciência social da *Latin America* repousa sobre a percepção de radical oposição entre um Eu americano e um Outro na América.”

21 Na época da publicação desse livro, Gilbert Butland era Professor da Universidade da Nova Inglaterra em Nova Gales do Sul, Austrália.

22 A expressão original era correspondente à sigla. A partir dos anos de 1990 a CEPAL, sem justificativa aparente, alterou a denominação para *Conselho Econômico para a América Latina e Caribe*.

23 Sobre colonização, o enfoque centrado no “modelo inglês”, no “espanhol” ou no “holandês” - como se um fosse superior ou inferior ao outro - satisfaça, talvez, alguns culturalistas. Todavia, cabe registrar que Austrália, Índia, Gana, Somália, por exemplo, foram colônias britânicas; Suriname e Indonésia foram colônias holandesas; Senegal, Mali, Laos, Quebec (Canadá) foram colônias

Egler (2008) salienta que no pensamento geográfico permaneceu a convivência do recorte regional – América Latina e Anglo-América - com outra clássica divisão: América do norte, central e do sul. Essa última divisão regional prevaleceu nas obras de Reclüs, Malte-Brun e La Blache, porém, segundo o autor, Siegfried, em 1934, também representante da “escola francesa de geografia”, considerava o termo (e a regionalização) *América Latina* “objeto geográfico” merecedor de cuidadosa investigação. Conforme Egler (2008, p.157) obras gerais “como a de Jean Gottman (1949), mantinham uma estrutura híbrida”, combinavam as duas regionalizações: América Anglo-Saxônica e América Latina com América do Norte, América Central e América do Sul. Bruit (2000) afirma que ao novo conceito *América Latina* persistiram, ainda, antigas expressões para designar o continente como Hispano-América, América do Sul, Íbero-América, etc.

Por fim, merece destaque a posição de Oliveira (2001, p.226) ao assinalar que a expressão *América Latina*, cunhada na França, “surge como uma contraposição ao projeto imperialista norte-americano – Doutrina Monroe, de 1823”. Conforme Oliveira (2001, p.226) “o traço geopolítico é uma marca de relevo na formulação do conceito de *América Latina*, se sobrepondo às características lingüísticas e culturais.”

Sofismas regionais

Este posicionamento de Oliveira (2001) bem como os estudos de Bruit (2000), de Castro (1992), Rouquié (1991), Aricó (1982), Chaunu (1964) e de outros deveriam obter alguma consideração por parte dos que lidam com o conceito e os limites da América Latina. Todavia, estes conhecimentos simplesmente são negados pelos “culturalistas” que não elaboram qualquer justificativa fundamentada ou contra-argumentação plausível. Definir os países e territórios componentes da América Latina (por sinal, um exercício eminentemente geopolítico) a partir da perspectiva cultural - línguas latinas e catolicismo, principalmente – contraria, inclusive, as respectivas formações sociais e produz, variavelmente, desfigurações espaciais. Conceituar e delimitar um espaço demandam pré-requisitos básicos.

América Latina: indefinições, eurocentrismos, fraturamentos.

Não são poucas as situações em que a América Latina é apresentada de maneira estranha, irresponsável, incompleta, equivocada. No prefácio geral da obra História da América Latina (vol. III), organizada por Leslie Bethell (2001, p.12), encontra-se a seguinte colocação:

francesas. Independentemente, portanto, do país ou do “povo colonizador”, Celso Furtado (assim como Caio Prado Junior e outros sérios pesquisadores) analisa a relação colônia-metrópole conforme classificação do geógrafo Reclüs; colônias de exploração, de povoamento e de posição. Saliente-se que “colônia de exploração” - obviamente - implica povoamento, pois, a acumulação extrovertida de capital não seria gerada sem o trabalho (escravo, principalmente) de ameríndios e de povos arrancados do continente africano. A questão é que a produção direcionada ao mercado externo, combinada ao estabelecimento de padrões espaciais exomorfos (MORAES, 1994), próprios de colônias de exploração, constituem apanágios revigorados do neocolonialismo; repercutem, não sem resistências, nas relações de produção, no grau de dependência tecnológica e financeira, no desenvolvimento social de muitos países (ex-colônias de exploração). A demarcada desigualdade norte-sul dos EUA exprime, ainda hoje, diferentes geopolíticas do império britânico numa mesma colônia.

(...) a América Latina abrange as regiões da América continental ao sul dos Estados Unidos que falam predominantemente o espanhol e o português – México, América Central e América do Sul – juntamente com as ilhas do mar dos Caraíbas de língua espanhola e, por convenção, o Haiti. Foram excluídos (...) os vastos territórios da América do Norte que (...) a Espanha e, mais tarde, o México perderam para os Estados Unidos (...) as ilhas britânicas, francesas e holandesas do mar dos Caraíbas, ou as Guianas, ainda que a Jamaica e Trinidad, por exemplo, tenham antecedentes hispânicos em suas origens.

Nota-se, declaradamente, a abreviação da América Latina aos países e territórios “que falam predominantemente o espanhol e o português”. Trata-se, efetivamente, de *uma* América Ibérica acrescida do Haiti. Uma concepção que subtrai, da macrorregião, países como Jamaica, Suriname, Bahamas e Guiana Inglesa, por exemplo, e territórios como Guadalupe, Martinica, Curaçao, Malvinas, etc. Por quê? Para quê?

Diante desta perspectiva cabe, então, perguntar: do ponto de vista étnico, a Jamaica é mais inglesa, espanhola ou afro-americana? Os afro-americanos na Jamaica representam cerca de 90% da população total (NOBILE, 2006, p.688) e em Belize, por exemplo, conforme Nobile (2006, p.72), os mestiços (49%), os negros com os garífunas (31%) e os maias (11%) constituem grande maioria quando comparados aos descendentes de europeus (o que inclui os ingleses). Segundo, portanto, esta lógica que destaca os territórios e países em razão, principalmente, do idioma do colonizador (europeu), por que, então, não subtrair também Belize que, assim como a Jamaica, após domínio espanhol, tornou-se colônia inglesa (1798-1981)? Andrade (1992, p.11) considera equivocado conceituar e delimitar América Latina por intermédio de critérios étnicos e ressalta (entre outras distorções) as superposições históricas em relação à procedência do colonizador e exemplifica:

Na América Central, por exemplo, Belize foi, durante séculos, área de colonização espanhola, tendo sido conquistada, no século XIX, pela Inglaterra (...) temos os casos de Trinidad e Tobago e Porto Rico que foram inicialmente colonizados pela Espanha e depois conquistados pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, respectivamente, provocando uma influência diversa, latina e anglo-saxônica.

São inúmeros os problemas das regionalizações baseadas nas características étnico linguísticas. Por exemplo, no Paraguai, além do espanhol, o guarani, língua materna (e usual) constitui, também, idioma oficial. A Bolívia, país plurinacional, contém, junto à língua espanhola, idiomas indígenas oficializados e amplamente versados, como o quéchua e o aimara (além de muitos outros). Como, então, do ponto de vista étnico, classificar estes países? Latinos? Nestes casos, parece cômodo aos culturalistas “encaixá-los” na condição de ex-colônias espanholas. Simples! Mas, afinal, o que motiva Bethell (2001) - e outros historiadores - a reduzir a América Latina à colonialidade europeia?

Não há explicações ao longo da obra. Não foi encontrada também nenhuma elucidação sobre a “manutenção” do Haiti (que convenção?); trata-se de uma escolha “sustentada” na língua latina (francês) do colonizador? Caso positivo, qual a justificativa para a supressão das outras ilhas francesas? E a Guiana Francesa?

Por constituir território (departamento ultramarino) francês? Qual é a lógica (cultural?) de desconsiderar os territórios (colônias, dependências, etc.) como não componentes da América Latina? E Porto Rico? Aruba, Bermudas, Guadalupe não fazem parte da América Latina? Como situar as Ilhas Malvinas? Provavelmente um “regionalista” desavisado e/ou etnocêntrico localizaria as Malvinas (somente) na América do Sul, mas, não na América Latina: conveniente para quem?

“Foram excluídos (...) os vastos territórios da América do Norte que (...) a Espanha e, mais tarde, o México perderam para os Estados Unidos (...)”; convém acrescentar que os limites culturais entre a América Latina e a América Anglo-saxônica são de difícil demarcação. Andrade (1992, p.9) assinala que se “levássemos em conta apenas o processo de povoamento poderíamos considerar o Canadá francês (...) ou alguns estados dos Estados Unidos (...) a Califórnia, o Novo México e a Flórida - como parte da América Latina.” Além da Luisiana, que era francesa, Andrade (1992, p. 9 e 11) destaca que nesses estados “ainda se fala largamente o espanhol” e que na Flórida “convergiu uma grande quantidade de cubanos – os gusanos - a partir de 1959 (...) e de nicaragüenses, após a vitória sandinista”. Neste caso, porém, para os culturalistas, a divisão política entre as duas Américas – latina e anglo-saxônica - está assegurada! Os limites são inquestionáveis, a “variável” geopolítica, nesta situação, prevalece.

Rodrigues (2018, p.1034), em artigo de ótima qualidade sobre topônimos latino-americanos apresenta, porém, um conceito e uma delimitação de América Latina tomados por inconsistências:

A expressão ‘América Latina’ está associada muito mais intimamente a questões econômicas e sociais dos países que a compõem do que a um aspecto meramente territorial. Não se trata, é preciso lembrar, de um continente, mas sim de uma alusão aos 20 países¹ colonizados pelos grandes impérios marítimos representados principalmente pela Espanha e por Portugal. Territorialmente, compreende quase toda a América do Sul e Central, mais especificamente: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (exceto pela Guiana, pelo Suriname e por Belize, que são países de língua germânica). O México, localizado na América do Norte, também a integra.

A autora ainda acrescenta em nota de rodapé “Neste trabalho não foram analisados os nomes dos países considerados dependências da América Latina, a saber: Guiana Francesa e Porto Rico.”

O excerto “aspecto meramente territorial” mereceria elucidação por parte da autora. Ressalte-se que, não obstante o relativo caráter polissêmico do conceito de território, o mesmo contém no âmago - principalmente a partir das elaborações de Ratzel - uma ligação íntima com a concepção (genérica) de poder; portanto, o território (espaço e poder) tem sido historicamente abordado na Geografia, por métodos diferentes e, também, em escalas variadas.

Rodrigues (2018) afirma que expressão América Latina está associada “a questões econômicas e sociais dos países”, porém, restringe toda região aos países “colonizados pelos grandes impérios marítimos representados principalmente pela Espanha e Portugal”. As “questões econômicas e sociais dos países” estão exoneradas do conceito, pois a regionalização é de base cultural, circunscrita aos colonizadores ibéricos. Como na delimitação de Bethell (2001) há a integração do Haiti, sem explicação (pela origem colonial hispânica da Ilha de São domingos?) e Rodrigues (2018)

não inclui a Jamaica ao grupo das línguas germânicas; também não menciona os muitos outros territórios, somente faz referência a Porto Rico e Guiana Francesa, sem justificar a desvinculação destes da América Latina.

A questão é que idiomas oficiais e não oficiais, religiões e religiosidades, valores éticos e origens étnicas das populações nacionais possuem, de fato, relevância na história e na formação social da América Latina. Porém, a adoção do cultural como variável fundamental para efeito de regionalização provoca imprecisões espaciais, como a exclusão do Caribe do contexto latino-americano ou mesmo a sua “inclusão parcial”. Nas primeiras páginas (Apresentação) da obra - *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe* - coordenada por Emir Sader e colaboradores (2006) assim está registrado:

(...) América Latina é uma construção cultural, histórica e política, não apenas uma construção geográfica. Comprimida entre o rio Grande, ao norte, e a Patagônia, ao sul, ninguém duvida de que seja integrada pela América do Sul, pela América Central e pelo México. Mas há quem considere que as ilhas caribenhas de língua inglesa, por exemplo, não fazem parte da América Latina. Esta obra reivindica que sim, por isso no seu subtítulo enfatizamos: “e o Caribe”. Ao longo dos textos, entretanto, quando se menciona apenas América Latina, sem adicionar o Caribe, subentende-se que está em pauta a totalidade desse continente.

Nesse trecho da referida (e ótima) obra há uma concepção restrita sobre “construção geográfica”. Fica implícito que as dimensões cultural, temporal e política não compõem o *geográfico*. Destituído dessas dimensões (também da econômica?) ficaria o “geográfico” reduzido ao físico-locacional? Esta visão do geográfico parece reverberar no título da obra e, por conseguinte, na estranha explanação que, de certa maneira, nega o título escolhido. Contudo, estão incluídas as “ilhas caribenhas de língua inglesa” ao conjunto latino-americano. Há um discurso de salvaguarda da “totalidade desse continente” não suscetível, assim, aos fraturamentos decorrentes da “latinidade”. Desta maneira, não ocorrem subtrações territoriais e a respeito da América Latina “(...) ninguém duvida de que seja integrada pela América do Sul, pela América Central e pelo México.” Mas, por que, então, o título *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe* e não tão somente *Enciclopédia Contemporânea da América Latina*? Incoerência? Submissão editorial(ista)?

Caribe não é América Latina?

O Caribe constitui uma região à parte ou uma sub-região da América Latina? Conceitualmente, o que é o Caribe? O que define, regionalmente, a América Latina? A expressão – *América Latina e Caribe* – “midiaticamente” difundida e frequentemente reproduzida na academia e por instituições diversas denota, no entanto, mais uma divisão do que uma subdivisão. Além do mais, há mais de um Caribe. Algumas vezes, o Caribe é retratado como equivalente às Pequenas Antilhas. Em outras situações, a exemplo da CEPAL (2005, 2008), o Caribe é identificado pelas Pequenas e Grandes Antilhas (menos Porto Rico) acrescido, no entanto, por Belize, Suriname e Guiana Inglesa; mas, também, a própria CEPAL, reiteradamente, subtrai várias ilhas (os territórios coloniais). Contudo, porém, o que justifica compreender o Caribe como região exterior à América Latina? Por que há tantas representações do Caribe?²⁴

24 Recortes como Europa Central, Leste Europeu, África do Norte, América do Norte, América Andina, Mercosul, Mesoamérica, etc constituem regionalizações (internas ao continentes) que seguem, necessariamente, parâmetros conceituais. No caso, o Caribe

Provavelmente, pelas perspectivas etnocêntricas, o Caribe se diferenciaria da América Latina devido aos territórios de colonização holandesa, britânica, portanto, não latina; talvez; por isso, a CEPAL assegure “no seu caribe” os países mencionados. Mas, a República Dominicana, Haiti e Cuba, por exemplo, não compõem o Caribe? Alguns culturalistas (eurocêntricos) já admitem a existência de um caribe espanhol e outro caribe; *América Latina e Caribes?* Para outros “regionalistas”, os Afro-americanos e os europeus não latinos formariam, etnicamente, o Caribe. Cuba, Belize, Bahamas, Trinidad e Tobago e assim por diante. Ressalte-se que a participação dos afro-americanos na América Latina não está concentrada exclusivamente no Caribe.

É básico reconhecer que há, evidentemente, diferentes objetivos no exercício de regionalização. Todavia, regionalizar somente em função dos propósitos da pesquisa conduz, frequentemente, ao aparecimento de distorções espaciais. Neste sentido, procede a preocupação de Marcelo Escolar (1996, p.129) sobre o fato de que “qualquer coisa pode ser regionalizada” e que para evitar, então, um “salto conceitual no vazio” é preciso atentar-se para as noções, princípios e conceitos (e teorias) pertinentes ao recorte espacial realizado. Na regionalização da CEPAL (2005, 2008, 2019), a Guiana Inglesa e Suriname, situados na América do Sul, são “deslocalizados” para o Caribe. Belize, também é “deslocalizado” do istmo e passa a compor também a fluída região Caribe. Além do mais, é volátil o tratamento da CEPAL (2005, 2008, 2019) aos territórios coloniais (como Bermuda, Dominica, Cayman, Curaçao, Porto Rico, etc). Na maioria das vezes, esses territórios não constituem o Caribe, mas, em outras, aparecem nas estatísticas econômicas (Anuários Sociais) cepalinas “tabulados”, então, na referida região.

Cardoso e Helwege (1993, p.19) assinalam que as “antigas colônias não-espanholas do Caribe e da América do Sul são às vezes excluídas porque pouco participaram dos acontecimentos históricos da região. Porto Rico está também excluído porque nunca foi independente (...)”. Esta tentativa de elucidação amplifica as deformações inerentes às regionalizações culturalistas. Atribuir pouca relevância histórica às colônias não-espanholas reclama argumentação ou, pelo menos, uma defesa de que a “menor História” justifica(ria) desvincular alguns países e/ou o Caribe da América Latina; excluir Jamaica, Suriname, Haiti²⁵, etc; é importante também explicar a retirada de Porto Rico (assim como a dos outros territórios); enfim, esta perspectiva culturalista contribui, de que maneira, com as reflexões sobre América Latina? Estudar o Caribe como região apartada da América Latina representa “metodologia” interessante para quem?

Conforme a CEPAL o Caribe não compõe a América Latina, consiste em uma região própria, desvinculada. Mas, o conceito de Caribe para a CEPAL (2005, 2008, 2019) é variável, inconstante, flexível, inconsistente. Corrompe-se, assim, a intrínseca associação entre os objetivos do trabalho e o recorte espacial realizado. Conceber o espaço geográfico como mais um “dado auxiliar” do conjunto estatístico ou como um “obstáculo” susceptível a qualquer regionalização ocasiona, muitas vezes, fraturas, falhas, equívocos que comprometem, de um jeito ou de outro, a análise geral. Separações entre América Latina e Caribe, América

é apresentado como um todo (não como uma sub-região), além de ser apresentado como delimitações variadas. Em geral, não causam, nos meios acadêmicos, estranhamentos haver mais de um Caribe e várias Américas Latinas.

25 A Revolução Haitiana produziu, à época, efeitos políticos significativos na América Latina, principalmente, nas regiões onde predominavam as relações de produção escravocratas.

Central e Caribe - principalmente quando a percepção regional de Caribe é variável – evidenciam, em muitos casos, uma concepção incompleta de América Latina e a abreviação da América Central ao istmo. É provável que essa noção de América Central (não insular) tenha relação com problemas de tradução e/ou com descuidos conceituais. Gilbert Butland (1960) considera importante distinguir o termo *Middle America* – de uso menos comum – da expressão *Central America* frequentemente utilizada.²⁶

A América Central é constituída pelo istmo e pelas ilhas, ou seja, é composta pelos países da “faixa alongada” continental (Panamá, Belize, Nicarágua, Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica) que liga as Américas do Norte e do Sul e pelas grandes (Jamaica, Porto Rico, Cuba, Haiti e República Dominicana) e pequenas Antilhas (Guadalupe, Martinica, Curaçao, etc.). Em outras palavras, a América Central é formada pelo Caribe (região insular) e pelo Istmo. Por razões distintas, alguns pesquisadores, entretanto, reduzem a América Central ao istmo (Fernando Henrique Cardoso e Yves Lacoste, por exemplo); em situações pretéritas, algumas regionalizações incluíam o México na América Central. É presumível que o conceito básico de América Central ainda permaneça parcamente assimilado o que interfere de uma maneira ou de outra, no significado de Caribe.

A propósito, o elementar entendimento da clássica regionalização América do Norte, América Central e América do Sul (baseada na divisão dos blocos continentais em razão da disposição das placas tectônicas) favorece as correlações com a regionalização América Anglo-saxônica e América Latina. A menção recorrente de que a América Latina abrange a América do Sul, a América Central e o México é válida à medida que se depreende que o Caribe é parte da América Central, mas, também que nenhum território da América do Sul, do Caribe ou do istmo será - por critério étnico (linguístico) - suprimido, desligado, deslocalizado, deslocado.²⁷

Não por acaso que se verifica, muitas vezes, que a expressão América Latina e Caribe fica sem sentido. Na obra organizada por Ricardo Bielschowsky (2000, p.923) sobre os Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL concluía-se, até então, que a “América Latina e o Caribe encontram-se num intenso processo de transformação, caracterizado por avanços no pluralismo democrático (...) por profundas reformas econômicas (...)”. O fato é que, no geral, as análises e inferências da própria CEPAL sobre o Caribe e as outras subregiões da América Latina não revelam diferenças importantes; relações e consequências muito semelhantes são apontadas, tanto nesta e como em outras produções.

Inexiste, para muitos pesquisadores, inteligibilidade sobre o Caribe, portanto, pergunta-se: em deferência a estas “lógicas” regionais (etnocêntricas e/ou estatísticas) por que não alterar a expressão América Latina e Caribe para América Latina e Brasil? Ou então, para América Latina e Comunidade Andina? América Latina e México? Há muitas possibilidades de efetuar regionalizações de base cultural ou estatística para a América Latina, inclusive, retalhando-a, afastando vários de seus territórios, fraturando sua unidade geopolítica e geoeconômica em “razão da diversidade” étnica ou por motivo de tabulações. É necessário não confundir

26 “It is important to distinguish the term ‘Middle America’ from the more common use of ‘Central America’, which refers only to the six small republics and one colony between Mexico and Colombia. Middle America embraces Central America and Mexico and West Indies, and thus includes nearly one-third of all Latin Americans and its second most populous nation.” (BUTLAND, 1960, p.24).

27 O que pode significar o Caribe, em termos de limites, para a maioria das agências de turismo?

o conceito geral de América Latina com a capacidade de realizar recortes espaciais internos, em escalas regressivas; neste sentido, sem abdicar do exercício de desenhar e considerar sub-regiões latino-americanas, por coerência regional e senso geográfico, por que não conceber (somente) América Latina? Inco-moda?²⁸

Importa reafirmar que perdido numa espécie de “limbo acadêmico”, o espaço geográfico latino-americano, muitas vezes, comparece (nas suas diversas escalas) como mero palco ou cenário de acontecimentos históricos ou, não raro, é reduzido ou esfacelado por dados estatísticos. Além do mais, em determinadas pesquisas e publicações, a América Latina encontra-se pulverizada, “desconjuntada”, como se fosse um compêndio de quatro ou cinco territórios microescalares.

Desta forma, valem as posições como América do Sul sem Suriname e sem as Guianas, Caribe com Belize, Caribe com ou sem territórios coloniais, Caribe com ou sem Haiti, América Latina sem Cuba, sem Malvinas, etc. Dados econômicos prevalecem nas atuais pesquisas cepalinas o que poderia justificar, de certa forma, as oscilações regionais. Porém, essa flexibilização da CEPAL ao lidar com a sub-região caribenha - onde os limites regionais são diversos e os países e territórios variam - acaba por corromper, muitas vezes, o espaço latino-americano aos propósitos estatísticos. Não obstante às aberrações regionais cepalinas, a ideia de América Latina para Bethell (2001), para Rodrigues (2018) e outros é ainda mais incompleta.

Caribe: improbidades geográficas

Para Azevedo e Herbold (1986), o Caribe constitui uma “região heterogênea,” pois, integra países formalmente independentes e territórios coloniais, mas, contém singularidades do ponto de vista econômico: a orientação quase que exclusiva para o mercado externo. Segundo Azevedo e Herbold (1986, p.7) “as formações étnicas, culturais e lingüísticas diversas – fruto da colonização espanhola, inglesa, francesa e holandesa e da utilização negra e de imigrantes asiáticos – caracterizam essa região.” O termo, região heterogênea, revela uma dificuldade básica: a coesão e a homogeneidade (provenientes de determinadas relações sociais cristalizadas no espaço) conferem à região identidade, alteridade e relativa unidade; no entanto, pressupõe, também, a reprodução (endógena) de heterogeneidades, inerentes a qualquer região, território, lugar. Talvez por isto que Azevedo e Herbold (1986, p.97) destacaram, como especificidade regional²⁹, a dependência econômica combinada com a dominação estrangeira:

O traço que caracteriza o caribe ao longo de toda a sua história é a dominação estrangeira com todas as suas nefastas conseqüências: a dependência econômica, política e cultural, os problemas sociais e raciais e a fragmentação da região com seus países voltados quase que exclusivamente para as potências hegemônicas.

28 Moda na Estatística, modismos, comodismos e incômodos na academia; não raramente os modismos submetem a reflexão crítica nas Universidades e a produção “fora de moda” é marginalizada; comodismos passam a comandar o pensamento, os modos, as publicações, os projetos de extensão, as pesquisas.

29 A “região personalidade” do século XIX e a “região planejada” do final da Segunda Guerra coexistiram. Apesar de muitas outras tipologias (região homogênea, região zonal, região-rede, etc.), no campo epistemológico da Geografia, a região foi morta e ressuscitada conforme as ideologias e os métodos geográficos. Entende-se, inclusive, que nesse período de Acumulação Flexível, a divisão regional do trabalho não fora, meramente, substituída pela divisão territorial do trabalho.

Importa salientar que a dependência econômica constitui um problema geral da América Latina. Imposições imperialistas, alianças entre as elites nacionais e internacionais, superexploração (e pobreza material) dos trabalhadores e outras relações sociais não são peculiaridades do Caribe; confirmam, em distintos graus³⁰, a realidade dos diversos países e territórios latino-americanos. Também a diversidade étnica não é exclusividade caribenha. Existem outras sub-regiões da América Latina que, culturalmente se diferenciam de um geral preestabelecido, a exemplo dos países andinos, da “América Portuguesa”, da Guatemala e México, mas, estes países e “sub-regiões” não são discriminados do conjunto latino-americano como frequentemente ocorre com a sub-região do Caribe.

Segundo Grondin (1985, p.13), o Caribe é composto por “vinte e sete ilhas principais e quatro territórios em terra firme: trinta e dois países, colônias e departamentos diferentes (...) esse conjunto é muito mais heterogêneo que homogêneo”. Desta maneira, Grondin (1985, p.16) conclui que o “Caribe, como unidade sócio-econômica, política e mesmo geográfica não existe (...) o que existe são as ilhas caribenhas”. É difícil assimilar a ideia de unidade geográfica de Grondin (1985), mas, o autor tem convicção de que o Caribe não pode ser caracterizado por atributos de ordem cultural, política ou econômica. Não há, portanto, de acordo com o autor, singularidade regional. Não existe, assim, região, apenas um termo que não guarda relação com o espaço denominado. O autor não localiza nenhum conteúdo genérico e autêntico de identificação do Caribe, mas, indiretamente, sugere que a forma (configuração insular) constituiria, talvez, a expressão particular (forma-conteúdo?) da região. Estranho, porque Grondin (1985, p.13) inclui quatro territórios continentais (as duas Guianas, o Suriname e Belize) ao Caribe, o que contraria a “sugestão” do que poderia consistir numa região “natural”, geomorfológica.

Quanto às ilhas, Grondin (1985, p.18-19) afirma que “são muito diferentes umas das outras, tanto étnica e racialmente como *culturalmente* (no sentido estrito da palavra)”. Ao mesmo tempo em que indica a ausência de uma singularidade espacial, o autor sinaliza que após o extermínio dos povos indígenas autóctones começou o “fenômeno da escravidão, que transformaria o Caribe atual numa das maiores, senão a maior, concentrações negras depois da África” (GRONDIN, 1985, p.14). Para Grondin (1985, p.14) as “ilhas do Caribe têm também em comum o fato de terem sido colonizadas pelo sistema de plantações, embora fossem de diversos tipos.”

As *plantations* (açúcar, cacau, banana, algodão, café, etc.) engendraram várias regiões da América Latina, como a zona da mata nordestina (e o norte fluminense) do Brasil ou os canaviais em Chocó e Antioquia na Colômbia; o latifúndio, a monocultura em grande escala destinada ao exterior, a utilização maciça de mão de obra escravizada (negra africana, principalmente), não configuram especificidades caribenhas; são características latino-americanas, mesmo que em outras regiões, o trabalho escravo (ou compulsório) tenha sido realizado também por indígenas.³¹

30 Cardoso e Faletto (1969) hierarquizaram alguns países da América Latina por níveis de dependência. As economias de enclave, maioria estabelecidas nos países da América Central ístmica representavam, segundo os pesquisadores, o maior de grau de subordinação econômica. Nestes países, os capitais estrangeiros controlavam as grandes empresas e o mercado “nacional” de exportação. Conferir em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* – Ensaio e interpretação sociológica.

31 A questão agrária na América Latina necessita, inclusive, de abordagens regionais amplas. Os estudos agrários mais recentes são muito restritos em termos escalares, são muitas vezes, pontuais; a abrangência espacial não alcança mais do que duas ou três (micro)

Em relação aos variados povos indígenas e outras construções étnicas latino-americanas registre-se, quantitativamente, que no Equador, por exemplo, os ameríndios representam 25% da população total, porém há 65% de ladinos; o percentual de negros é de 3% e os brancos correspondem a 7% da população nacional (DÁVALOS, 2006, p.478). No México, do total populacional, os ameríndios somam 30%, mestiços de ameríndios e brancos cerca de 60% e os brancos europeus não ultrapassam os 10% (RAJCHENBERG, 2006, p.761). Então, pela “lógica regional das etnias não latinas”, esses e outros países não seriam, também, “desagregados” da América Latina? Do ponto de vista étnico, tratam-se de países predominantemente latinos? Sobre a redução de uma América Latina *latina* e, não obstante, o nome pouco apropriado, Oliveira (2001, p.227) salienta:

O que dizer das Américas negras (...)? São latinas as Américas Ameríndias da Guatemala, onde 50% da população descendem dos maias (...)? Se é para se ter em conta o aspecto lingüístico-cultural, por que não uma outra denominação que expresse como unidade este amálgama entre os segmentos ameríndios, africanos e ibéricos?³²

No Haiti, conforme Peschanski (2006, p.644), os negros formam mais de 90% da população total. Quanto ao Suriname, país localizado na América do Sul, mais de 50% da população é originária de indianos, paquistaneses e javaneses (NOBILE, 2006, p.1126); há grupos indígenas relevantes e os Djukas (descendentes de escravos africanos) estabeleceram-se na floresta tropical há mais de 300 anos; do ponto de vista religioso, o hinduísmo e o islamismo são significativos no contexto nacional. Butland (1960, p.2) assinala que “na América Latina, há grandes áreas ocupadas quase inteiramente por povos indígenas” e que existem, também, outras regiões “onde estes povos contribuem amplamente e, muitas vezes, de maneira predominante na formação étnica dos habitantes”. Segundo o autor, o termo “indo-América”, portanto, “pode ter muito significado, especialmente nas porções do continente onde as línguas dos indígenas, as instituições e os modos de vida ainda persistem.”

No entanto, delimitar a região do Caribe parece tarefa fácil, pois é permitido excluir ou incluir, por exemplo, a República Dominicana, o Haiti e os territórios coloniais; Belize, Suriname e Guianas podem ou não integrar essa sub-região; e Cuba? Jamaica? Depende! Essa fluidez resulta, em grande medida, das regionalizações que adotam o cultural como critério principal; muitas delas baseadas, sobretudo, nas línguas e religiões nacionais, instituídas pelos colonizadores europeus. A questão é que culturalmente a América Latina está conformada por muitos povos, nações, línguas, religiões, sincretismos, racismos, territorialidades, nacionalidades; predomina a diversidade cultural. O Caribe – carente de definição e de delimitação – constitui mais uma das várias regiões latino-americanas. Assim, para Andrade (1992, p. 11-12):

Ao estudarmos a América Latina nos deparamos com o problema das Guianas e do Caribe, onde existem numerosos países (...) sem origem latina, uma vez que foram colonizados por ingleses e holandeses (...) apresentam sérios problemas de dependência externa, de exploração de sua economia por grupos transnacionais, de pobreza e de baixa qualidade de vida (...).

sub-regiões; não são realizadas comparações regionais; não são estabelecidas correlações entre as particularidades e o geral.

32 Do ponto de vista étnico e cultural existem várias Américas Latinas e, talvez seja pertinente avaliar a provável preponderância de uma América indígena, uma América negra e uma América mestiça em relação a uma América ibérica e francesa. Bruit (2000, sp) destaca que segundo o pensador cubano José Martí, “América, Nossa América, só pode ser a América indígena, a negra, a mestiça (...) Os Estados Unidos são de Norte-América”

Pela unidade da diversidade

Ao mencionar os “problemas de dependência externa, de exploração de sua economia por grupos transnacionais, de pobreza e de baixa qualidade de vida” Andrade apresenta uma visão totalizante de América Latina. Para o autor, povos e países de origem latina e não latina constituem uma macrorregião caracterizada, historicamente, por organizações políticas e econômicas comuns. No cerne desta concepção comparece uma América Latina maia, uma América Latina guarani, América Latina aimará, América Latina ticuna, América Latina kikongo, América Latina iorubá, América Latina ladina, América Latina libolo, América Latina holandesa (...) América Latina latina. Todos os Estados nacionais, as colônias e territórios (com *status* jurídicos específicos) situados ao sul do Rio Grande, conformam um espaço (regional) fundamentado, principalmente, nos atributos econômicos e políticos:

Problemas da dominação, da dependência econômica e política impedem que se analise a problemática latino-americana, isolando as Guianas e grande parte das Antilhas (...). Não se pode perder a visão da totalidade, de um bloco em luta pelo desenvolvimento e a libertação nacional, ignorando-se parte dessa totalidade apenas por razões étnicas. (ANDRADE, 1992, p.12).

São outros princípios conceituais e, por conseguinte, outros parâmetros delimitadores da América Latina. Nesta direção, Ruy Moreira (2007, p.81) assinala que as “práticas espaciais são ações que têm por base o binômio localização-distribuição, uma relação contraditória que é o fundamento ontológico do espaço.” Comparar as regionalizações – as de base étnica com as alicerçadas na economia e na política – permite evidenciar divergências significativas. De um lado, um recorte espacial (in)sustentado nas contribuições culturais ibéricas (idioma e religião), ou seja, os países latino-americanos são caracterizados segundo a origem colonial europeia e no conjunto configuram, assim, determinada América Latina. Na outra perspectiva, os países (e territórios) latino-americanos, não obstante a diversidade étnica são identificados conforme as estruturas econômicas, políticas e sociais inerentes ao processo histórico capitalista. A relação localização-distribuição é coerente, equilibrada; é preservada a integridade regional do espaço.

Portanto, em relação às noções geográficas (e cartográficas) elementares notam-se inconsistências nas regionalizações de base cultural. Verificam-se fraturas e imprecisões espaciais, incertezas e incoerências referentes ao Haiti, Jamaica, Guianas, etc. “Ajustes” espaciais para atender números, dados, estatísticas, além do racismo disfarçado, comparecem nas regionalizações que adotam o cultural como variável principal. Todavia, a ideia de totalidade, o binômio localização-distribuição e o princípio da unidade e diversidade orientam a regionalização fundamentada na geopolítica e na geoeconomia. Os reducionismos conceituais referentes à América Latina resultam, em grande medida, da dificuldade (metodológica) de resolver, dialeticamente a “oposição entre a diversidade e a unidade.” Os sofismas regionais alimentam-se dos modismos e dos desconhecimentos atinentes ao binômio localização-distribuição. Persistem, também, incompreensões sobre homogenia e heterogenia espaciais. Importa assim destacar, conforme Moreira (2007, p.89) que:

O princípio da localização rege o uno. O princípio da distribuição rege o múltiplo. O princípio da localização valoriza a unidade, enquanto o princípio da distribuição valoriza a diversidade (...). A unidade

age no sentido de internalizar e assimilar a diversidade dentro do uno. A diversidade, no sentido de realizar-se plenamente dentro e como múltiplo. Então, o olhar de um contradita o olhar do outro.

Posicionamentos finais

Para Andrade (1992, p.11) “a fronteira entre os Estados Unidos e o México, simbolizada pelo rio Grande, seria o limite da América Latina. Todos os territórios situados ao sul desta fronteira formariam a América Latina, tanto a sua porção continental como as ilhas.” Não há subtrações territoriais em função de características étnicas. A terminologia *Latina*, independentemente de sua (in)adequação, guarda, neste escopo, outros significados.

As interpretações que convergem na direção de uma América Latina quéchua, ticuna, latina, etc. tendem a concebê-la não somente por meio da pluralidade étnica, mas, também – e principalmente - por intermédio das características sociais, econômicas, políticas. Compreender a América Latina e seus limites implica, inclusive, reflexão (e ação) sobre os direitos básicos para a totalidade dos povos. Ser (ou não ser) latino-americano é uma questão social, ultrapassa as origens étnicas. Oliveira (2001, p.227) assinala que se não há, por um lado, uma identidade cultural na América Latina “existe, por outro lado, uma relativa unidade de destino referente à sua história político-econômica”. Assim, conforme Oliveira (2001, p.227-228):

a ausência de uma identidade própria “latino-americana” não nega necessariamente a existência de uma unidade. Enquanto uma dada realidade socioespacial ela pode ser diversa e plural e a sua diversidade e pluralidade constituir-se numa unidade como corolário de um processo histórico comum.

A antiga CEPAL preocupava-se com as condições de existência dos latino-americanos e com a posição periférica da América Latina no contexto mundial. Dualistas, marxistas, “dependentistas”, desenvolvimentistas – nenhum em estado puro – realizavam reflexões, elaboravam conceitos e proposições para a América Latina. Não faltavam pensadores e construções teóricas acerca das estruturas macroeconômicas dos países latino-americanos. Pesquisadores estadunidenses também contribuíram para a afirmação do termo, todavia, muito mais pelo interesse de demarcar, nitidamente, a América Latina da América Anglo-saxônica. Portanto, a denominação proveniente das aspirações geopolíticas de Napoleão III persistiu, prosseguiu pronunciada, reutilizada, grafada, em movimento contraditório.

Autenticamente ou não, a expressão representa(va) para determinado grupo valores étnicos, como a latinidade; para alguns intelectuais do século XIX o termo enunciava, no entanto, uma postura anti-imperialista (frente aos EUA); outros tentavam introduzir à denominação princípios nacionalistas burgueses adicionados de simbologias ameríndias, mas, nos recentes países latino-americanos, as ideias positivistas predominavam; os movimentos estudantis universitários, do início do século XX, levantavam bandeiras antioligárquicas e anti-imperialistas e o conceito de América Latina adquiria, desta maneira, forte conotação geopolítica. Contudo, o nome *América Latina* foi ratificado, paulatinamente, no decurso do neocolonialismo (e da colonialidade contida, evidentemente, nas políticas neocoloniais).

Nacionalismos, racismos, regionalismos, classismos, e, sobretudo, o neocolonialismo sintetizavam as muitas relações sociais e os diversos processos latino-americanos; o conceito de América Latina deveria, em grande parte, descender destas relações e processos. Pivô das ações geopolíticas de Napoleão III, o México, em curto período, experimentou perdas territoriais para os EUA, a invasão e a derrota francesa, a retomada do liberalismo e a revolução Zapatista. Na sequência, novos significados foram acumulados à expressão América Latina em decorrência, por exemplo, das intervenções dos Estados Unidos na Nicarágua ou em Cuba, das Guerras (como a do Paraguai), da construção do Canal do Panamá. O conceito seria, ainda, bastante enriquecido pela CEPAL e assim, prosseguiria, em 1948, em transmutação por efeito do *Bogotazo* (e posterior guerra civil), da revolução boliviana em 1952, da Revolução Cubana (iniciada em 1959), ou seja, pelo curso histórico. Registrem-se, assim, sequencialmente, outros percursos macrorregionais pertinentes ao conceito como as ditaduras militares-civis nas décadas de 1960-1980 e, posteriormente, as ações e reações ao neoliberalismo.

Neste sentido, importa indagar sobre as relações entre a história latino-americana e a (des)construção do conceito; convém localizar as forças ideológicas reprodutoras dos distanciamentos entre o real e o conceitual, mas é mais relevante eleger, conscientemente, procedimentos metodológicos de análise, de regionalização que favoreçam compreender a América Latina e (re)conceituá-la; assim, segundo Oliveira (2001, p.232):

Se por um lado o processo histórico contribuiu para acentuar as diferenças e os contrastes socioespaciais entre os países latino-americanos, por outro há um fio comum, uma relativa unidade de destino (...) que lega a esses países semelhanças nas suas estruturas e nos seus problemas, sobretudo quando vistos na sua relação com o mundo e inseridos no desenvolvimento histórico mundial a partir do século XVI.

Desenvolvimento histórico que não deve ser reduzido aos efeitos geopolíticos das colonizações ibéricas (e respectivas imposições culturais), pois a construção da América Latina é muito maior, diversa e contraditória. Considerar a amplitude dos processos históricos e a conseqüente formação das estruturas espaciais latino-americanas constitui método que dialoga como uma concepção e uma delimitação geográfica mais completa, mais complexa e representativa da totalidade regional.

Referências

- ALIMONDA, H. 1994. A Invenção da América Latina e outras Obsessões. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N° 2; Junho; Rio de Janeiro: UFRRJ; pp. 23-40. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/hector2.htm>. Acessado em 14/09/2010.
- ANDRADE, M. C. 1992. *O Brasil e a América Latina*. São Paulo: Contexto.
- ARICÓ, J. 1982. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- AZEVEDO, E. R. & HERBOLD, H. 1986. *Caribe – O paraíso submetido*. São Paulo: Brasiliense.
- BATAILLON, C. 2000. Nations au Mexique: construction et métissages. In: *Hérodote - revue de géographie et de géopolitique*. – Amériques, Nations Hispaniques - n° 99. Paris: La Découverte; pp. 18-38.
- BAZANT, J. 2001. O México da independência a 1867. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina – da independência até 1870 (vol. III)*. São Paulo: USP/Imprensa Oficial; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. pp. 413-464.
- BETHELL, L. 2001. (org.). *História da América Latina – da independência até 1870 (vol. III)*. São Paulo: USP/Imprensa Oficial; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- BIELSCHOWSKY, R. (org.) 2000. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. (V.2). Rio de Janeiro: Record.
- BLAKEMORE, H. 1966. *Latin America*. London: Oxford University Press.
- BRUIT, H. 2000. A Invenção da América Latina. In: *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/anais/encontro5/hector5.htm>. Acessado em 16/12/2009.
- BRUIT, H. 1988. *Revoluções na América Latina: o que são as revoluções? México e Bolívia, Cuba e Nicarágua*. São Paulo: Atual.
- BUTLAND, G. J. 1960. *Latin America – A regional Geography*. London/Colchester: Longmans.
- CARDOSO, E. & HELWEGE, A. 1993. *A Economia da América Latina – Diversidade, tendências e conflitos*. São Paulo: Ática.
- CASTRO, T. 1992. *Nossa América - Geopolítica comparada*. Petrópolis: Vozes.
- CEPAL. 2019. *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe*. O novo contexto financeiro mundial: efeitos e mecanismos de transmissão na região: Resumo Executivo. Santiago do Chile: ONU.
- CEPAL. 2019. *Panorama Social da América Latina 2018*. Documento Informativo. Santiago do Chile: ONU.
- CEPAL. 2008. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe - 2008*. Santiago do Chile: ONU.
- CEPAL. 2008. *Panorama social de América Latina – 2007*. Santiago do Chile: ONU.
- CEPAL. 2005. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe - 2005*. Santiago do Chile: ONU.
- CEPAL. 2004. *Notas de la CEPAL*. n° 34. Santiago do Chile: ONU.
- CEPAL. 1996. *Tendências econômicas e sociais na América Latina e no Caribe - em Gráficos*. Rio de Janeiro: CEPAL, IBGE, CORECON.
- CEPAL. 1965. *La economía de América Latina en 1965*. Nova York: ONU.

- CHAUNU, P. 1964. *História da América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- COLLIN DELAVAND, A. 1973. *L'Amérique Latine – Approche géographique générale et régionale – Tome I*. Paris: Bordas.
- CORRÊA, A. M. & BELLOTTO, M. L. 1991. *A América Latina de colonização espanhola*. São Paulo: Hucitec.
- DEAK, A. 2001. Os Filhos de Zapata. In: *Cadernos do Terceiro Mundo* – n° 232. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio; pp.57-59.
- DINIZ, D. C. B. 2007. O conceito de América Latina: uma visão francesa. In: *Caligrama: Revista de Estudos Românticos*. v.12. Belo Horizonte: UFMG; pp.129-148.
- DORATIOTO, F. 1994. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense.
- EGLER, C. 2008. As Américas: singularidades de um continente plural. In: OLIVIERA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)*. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, pp. 142-167.
- ESCOLAR, M. 1996. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Hucitec.
- FERES JUNIOR, J. 2005. *A História do conceito de LATIN AMERICA nos Estados Unidos*. São Paulo, EDUSC.
- FREGOSI, R. 2000. Paraguay: la “nation guaranie” In: *Hérodote - revue de géographie et de géopolitique. – Amériques, Nations Hispaniques* - n° 99. Paris: La Découvert; pp. 182-198.
- FURTADO, C. 1969. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia.
- GALEANO, E. 1989. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 28°ed.
- GONZÁLEZ, 1981. *A Comuna de Paris*. Os Assaltantes do Céu. São Paulo: Brasiliense.
- GRONDIN, M. 1985. *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense.
- HAESBAERT, R. 2010. *Regional-Global*. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HAESBAERT, R. 2005. Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: SPOSITO, E. (Org.). *Produção do espaço e redefinição regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: UNESP, pp. 9-33.
- HAESBAERT, R. 1999. Região, diversidade territorial e globalização. In: *GEOgraphia GEOgraphia – Revista da Pós-graduação em Geografia da UFF*. Ano I, n° 1, (jun.). Niterói/RJ: UFF/EGG, pp.15-39.
- HOBSBAWM, E. 1979. *A Era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HORTA, C.A.C. 2014. América Latina, Estados Nacionais e Apropriação de Recursos Naturais. In: MATOS, R. (org.) *População, Recursos Materiais e Geopolítica*. SP/Jundiaí: PACO; pp. 83-127.
- HORTA, C. A. C. & FRANCA, R. R. 2005. O muro estadunidense: uma geopolítica do desencontro. In *CADERNOS DO LESTE* v.7; Belo Horizonte: UFMG; pp.07- 46.
- IANNI, O. 1995. *O Labirinto Latino-Americano*. Petrópolis: Vozes.
- JAMES, P. 1959. *Latin America*. New York: Odyssey Press.

- KENNEDY, 1989. *Ascensão e queda das grandes potências – transformação econômica e militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus.
- LAMOSO, L. P. 2008. Um Ensaio sobre Região e Regionalização: desafios epistemológicos e políticos. In: OLIVEIRA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)*. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj; pp. 270-279.
- MARX, K. [1852] 1977. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. In: *Textos – Karl Marx e Friedrich Engels. Vol. 3*. São Paulo: Edições sociais; pp. 199-285.
- MARX, K. [1891] 1975. A guerra civil na França. In: *Textos – Karl Marx e Friedrich Engels. Vol. 1*. São Paulo: Edições sociais; pp. 157-219.
- MORAES, A.C.R. 1994. A Dimensão Territorial nas Formações Sociais Latino-americanas. In: *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo*; N° 7. São Paulo: USP; pp. 81-86.
- MOREIRA, R. 2007. *Pensar e Ser em Geografia*. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto.
- MOURA, G. 1991. *Estados Unidos e América Latina*. 2° Ed. SP: Contexto.
- OLIC, N. B. 1992. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna.
- OLIVEIRA, M. P. 2001. América Latina: legado socioespacial e globalização. In: HAESBAERT, R. (org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: UFF, pp. 225-275.
- POHL, I. e ZEPP, J. 1966. *Latin America: a geographical commentary*. London/Southampton: Jonh Murray Ltd.
- POMER, L. 1981. *As Independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 2°ed.
- PRADO, M.L. & PELLEGRINO, G. 2014. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto.
- PRADO, M. L. 1987. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Contexto.
- QUENTAL, P. A. 2012. A latinidade do conceito de América Latina. In: *GEOgraphia* v.14. RJ/Niterói: UFF; pp.46-75.
- QUIJANO, A. 2006. Os Fantasmas da América Latina. In: NOVAES, A (org.) ; *Oito Visões da América Latina*. São Paulo: SENAC ; pp. 49-85.
- RIBEIRO, A.C.T. 2004. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (orgs.). *Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas*. São Paulo: Max Limonad; pp.194-220.
- ROBINSON, H. 1967. *Latin America - A Geographical Survey*. New York: Frederick A. Washington Praeger, Publisher United States of America.
- RODRIGUES, L. S. 2018. Topônimos latino-americanos: um estudo etimológico. In: *Revista de Estudos de Linguagem* v.26.n° 3. Belo Horizonte: UFMG; pp.1031-1055.
- ROUQUIÉ, A. 1991. *O extremo ocidente - Introdução à América Latina*. São Paulo: USP.
- SADER, E. e JINKINGS, I. (coords.). 2006. *Latinoamericana – Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro: UERJ/ALPAC, São Paulo: Boitempo.
- SAFFORD, F. 2001. Política, ideologia e sociedade na América Espanhola do pós-independência. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina – da independência até 1870 (vol. III)*. São Paulo: USP/Imprensa

Oficial; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. pp.329-412.

SOARES, G. P. e COLOMBO, S. 1999. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina – México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do século XX*. SP: FFLCH/USP.

ZARUR, G. C. L. (Org.). 2000. *Região e nação na América Latina*. Brasília: UNB.

América Latina: conceito e limites.

Resumo: Como caracterizar e delimitar a América Latina? O Caribe compõe a América Latina? Regionalizações pautadas no eurocentrismo estão associadas a descuidos conceituais e imprecisões nos limites da América Latina. Argumenta-se, então, que o significado de América Latina, desde a sua origem, fundamenta-se em processos geopolíticos e geoeconômicos.

Palavras-chave: regionalização; etnocentrismo; geopolítica; unidade da diversidade.

Latin America: concept and limits.

Abstract: What criteria should be used to characterize and delimit Latin America? Does the Caribbean belong to Latin America? Regionalizations based on eurocentrism are associated with conceptual problems and inaccuracies in the limits of Latin America. It is argued that the meaning of Latin America, since its origin, is based on geopolitical and geoeconomic.

Key words: regionalization; ethnocentrism; geopolitics; unity of diversity.

América Latina: concepto y límites.

Resumen: ¿Qué criterios deberían usarse para caracterizar y delimitar América Latina? ¿El Caribe pertenece a América Latina? Las regionalizaciones basadas en el eurocentrismo están asociadas con problemas conceptuales e imprecisiones en los límites de América Latina. Se argumenta que el significado de América Latina, desde su origen, se basa en procesos geopolíticos y geoeconómicos.

Palabras clave: regionalización; etnocentrismo; geopolítica; unidad de diversidad.